

Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CNC envia à Receita Federal propostas para simplificar reforma tributária - CAPITAL S/A 2

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação com cartórios dispara e atinge R\$ 3,5 bi em 2024 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf adota tese do STF e derruba multa de R\$ 5,2 milhões aplicada pela Receita 6

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados vítimas de 'fraude da fraude' nos descontos entrarão no acordo do INSS 8

VALOR ONLINE - NOTICIA
SEGURIDADE SOCIAL

Grandes bancos devem lucrar R\$ 26,2 bilhões 10

A GAZETA - MT - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Prefeitura recorre ao STF para barrar bloqueio do FPM 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

SETOR DE FERRO-GUSA EM MINAS TEME COLAPSO COM TARIFAÇÃO 14

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: um defeito de gênero (Artigo) 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Tarifaço já afeta preços de alimentos no atacado 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

FAO retira o Brasil do Mapa da Fome 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economia melhora, e Argentina reabre mercado para o Brasil 22

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - PORTO VELHO - RO - OPINIÃO
ECONOMIA

PIB estadual cresce e projeta Rondônia como líder no Norte 24

CNC envia à Receita Federal propostas para simplificar reforma tributária - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

Para evitar a sobrecarga operacional, especialmente para as micro e pequenas empresas e setores mais sensíveis, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) entrou em contato com a **Receita Federal**. Foi encaminhado ao órgão e ao Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) um conjunto de propostas para a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025, no âmbito da **reforma tributária** sobre o consumo. Segundo a entidade, as sugestões buscam eliminar as incertezas jurídicas, evitar a sobrecarga operacional e "assegurar um ambiente tributário mais equilibrado e previsível, especialmente para as micro e pequenas empresas e os setores cujas particularidades merecem ser destacadas

Propostas: » Simplicidade para o Simples Nacional: permitir apuração fora da guia única e garantir compensação de valores pagos.

» Documento fiscal eletrônico unificado: com integração automatizada e adaptação por setor.

» Proteção de dados nos programas de cidadania fiscal: com transparência nos critérios e diálogo com entidades.

» Regras claras para glosas na saúde e redução de alíquota para medicamentos essenciais.

» Reconhecimento de créditos em projetos ambientais e incentivos à economia verde.

» Unificação de obrigações acessórias e previsibilidade nas normas fiscais.

» Fortalecimento do diálogo institucional nos convênios entre entes arrecadadores.

» Fiscalização orientadora e limites ao Regime Especial de Fiscalização (REF).

» Segurança jurídica na compensação de créditos de PIS/Cofins e benefícios extintos.

» Direito à ampla defesa na apuração e regularização de créditos tributários.

Fortalecimento da economia nacional "Ao apresentar essas contribuições, a CNC busca colaborar para uma regulamentação técnica, legítima e voltada ao fortalecimento da economia nacional, reiterando seu compromisso institucional com a construção de um sistema tributário mais simples, justo e eficiente", argumenta o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

Gestores da educação privada se reúnem em Brasília com Cortella e Ricardo Amorim Brasília receberá, em 4 de agosto, um dos maiores eventos da agenda educacional do Distrito Federal: o Seminário Gestores 2025, promovido pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF (Sinepe-DF). Com o tema "Gestão humanizada e eficaz em cenários de transformação", o encontro reunirá lideranças escolares, especialistas em economia, filosofia, empreendedorismo e educação para um dia de imersão, reflexão e atualização profissional. A programação inclui nomes consagrados do pensamento contemporâneo, como o filósofo Mário Sérgio Cortella, o economista Ricardo Amorim, o investidor João Kepler, a educadora Ilana Kreimer e o palestrante internacional Pedro Pimenta, conhecido por sua trajetória de superação.

Gratuito e exclusivo O evento será realizado de forma presencial, das 8h às 18h, no Versá Restaurante Eventos, no Núcleo Bandeirante, e é gratuito e exclusivo para escolas filiadas ao sindicato. As inscrições estão abertas no site www.sinepe-df.org.

Acolher, inovar e gerir "Num cenário em que a escola precisa acolher, inovar e gerir com eficiência, reunimos nomes que ampliam a visão de mundo e fortalecem o papel transformador da educação", destaca a presidente do Sinepe-DF, Ana Elisa Dumont

Capital Moto Week apoia moda com inclusão social A Federação Habitacional do Sol Nascente (Ceilândia) está participando do Capital Moto Week. A entidade capacita 330 mulheres em situação de vulnerabilidade por mês.

E parte da produção delas em acessórios e roupas foi apresentada em desfile no espaço Lady Bikers, que se tornou uma vitrine do empreendedorismo feminino no festival. A presidente da entidade, Edilamar Silva (foto), esteve à frente do desfile de moda sustentável, que foi assinado pela Fehsolna. As peças podem ser adquiridas no site: www.fehsolna.com. O desfile contou com a presença especial de Ju Jacinto, CEO da Capital Moto Week. As peças, assinadas pelo estilista César Correia, são feitas no couro ecológico e jeans.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/7631/29-07-2025.html?all=1>

Arrecadação com cartórios dispara e atinge R\$ 3,5 bi em 2024

Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana De Brasília

As iniciativas da **Receita Federal** para estimular o cumprimento de obrigações tributárias pelos donos de cartórios resultou em uma arrecadação de R\$ 3,5 bilhões no ano de 2024 - um aumento de 94,4% em relação a 2020. Com a chamada "Operação Cartório", desde 2021, conforme aponta o Relatório Anual de Fiscalização do óigão, "o nível de conformidade vem crescendo de forma consistente" no setor.

Para dar continuidade aos resultados positivos da medida, está prevista para este ano a implementação de Livro Caixa Digital para titulares de cartórios. A nova obrigação contemplará a escrituração do livro-caixa, de interesse da **Receita Federal**, e do Livro Diário Auxiliar de Receitas e Despesas, de interesse da Corregedoria Nacional de Justiça e das Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

Por enquanto, a Receita tem enviado comunicados e cartas para orientar sobre os valores a serem pagos, de forma similar ao que faz em outros setores em que identifica um flanco no pagamento de **tributos**, como em relação aos proprietários rurais. Para os técnicos, na área rural, pode haver uma genuína confusão sobre como declarar os **tributos**, o que não seria exatamente a situação dos cartórios.

A "Operação Cartório" é considerada pelo Fisco como um dos

exemplos mais bem-sucedidos da nova cultura da Receita, de investir em orientação do contribuinte e medidas de facilitação dos pagamentos dos **tributos**, antes de partir para o controle coercitivo - que inclui autuações e aplicação de sanções, como multas. A opção por um acompa-

mento mais próximo desse setor foi feita devido à sua elevada capacidade de gerar arrecadação para os cofres da União.

Os cartórios têm uma situação peculiar que pode explicar o aumento apontado na arrecadação, segundo Michel Berruezo, sócio do escritório Pellegrina e Monteiro, que atua desde 2018 assessorando cartórios. Todas as obrigações tributárias são apontadas na pessoa física, explica ele,

mesmo as relações trabalhistas ou previdenciárias. A apuração do Imposto de Renda é feita por meio do livro-caixa e é paga via carnê-leão, a partir do lançamento mensal de despesas e receitas. Por volta do ano de 2015, diz o advogado, as corregedorias dos tribunais de justiça, que fiscalizam o serviço notarial, começaram a trocar informações com a Receita a respeito.

"Muitas vezes, as despesas pessoais do tabelião se confundiam com despesas operacionais do cartório", afirma Berruezo. Um exemplo é a despesa com o automóvel usado pelo tabelião para ir ao cartório ou a despesa com a faculdade de um cartorário para estudar Direito. E muitos cartórios não tinham digitalizado o livro-caixa, mesmo no ano de 2019. "Até 1988, nos cartórios valia o regime hereditário. Essas administrações têm práticas enraizadas e uma confusão de custos e despesas que é até natural na pessoa física", diz.

Empresas têm disputas similares às dos cartórios com a Receita

Federal quanto a despesas ou quais situações geram créditos. O que torna a cobrança dos cartórios mais efetiva é que eles também são fiscalizados pela corregedoria e ficam com medo de punições além-Fisco, sendo a mais grave delas a perda do cartório.

Além da dedução de despesas, há uma questão com a folha de pagamento, segundo Berruezo. Hoje, os cartórios contratam pelo regime celetista, mas ainda podem ter contratados pelo modelo pré-88, em regime estatutário híbrido, pelo qual não se recolheria a contribuição previ-denciária. "Teve uma enxurrada de autuações fiscais em 2024. Isso porque tem estatutários com carteiras importantes e remunerações que chegam a seis dígitos mensais, então a cobrança previ-denciária é alta", afirma.

Alguns titulares de cartórios, acrescenta, estavam menos preparados. "Não tinham controle de livro-caixa tão bem feito, seja preservando comprovantes de despesas, seja pela confusão patrimonial", diz o advogado. Berruezo só pondera que também existem autuações que, para ele, "não param em pé", como a por causa de despesa educacional e a decorrente de contratos de terceirizados. "A Receita insiste que deduções de despesas com pessoal são limitadas a

empregados."

A matéria de cartório, afirma o advogado, "é uma verdadeira jabuticaba". "É o único serviço público exercido por delegação privada, ainda tem concessão hereditária

funcionando, então todo regime trabalhista, tributário, administrativo é complicado e anômalo", diz.

O superintendente jurídico da Associação dos Notários e Regis-tradores do Brasil (Anoreg), Maurício Zockun, afirma que, por causa do sigilo das informações da Receita, não é possível identificar com precisão a que se deve o recente aumento da arrecadação. Porém, segundo ele, os cartórios não deixavam de pagar tributo de propósito. O superintendente também destaca que não houve aumento no número de cartórios na mesma proporção.

Ainda de acordo com Zockun, não seria possível haver falta de pagamento de **tributos** deliberada por parte dos cartórios porque eles são fiscalizados pelo Poder Judiciário. O superintendente projeta que umas das possibilidades foi a **Receita Federal** ter passado a entender melhor as peculiaridades do setor, além da transferência dos valores de um fundo destinado a remunerar cartórios por serviços gratuitos, que fica sob gestão do Poder Judiciário.

A própria Anoreg, diz Zockun, fez reuniões com a Receita para explicar particularidades da atividade. Ele explica que nem todo valor pago fica com o cartório. Parte vai justamente para esse fundo comum destinado a pagar pelos serviços gratuitos, como a emissão da primeira certidão de nascimento.

Procurado pelo Valor, o Conselho Nacional de Justiça não deu retorno até o fechamento da edição.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Carf adota tese do STF e derruba multa de R\$ 5,2 milhões aplicada pela Receita

Marcela Villar De São Paulo

Uma decisão do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** cancelou uma multa de R\$ 5,2 milhões, em valores históricos, aplicada à Amaggi, multinacional do setor do agronegócio. O relator do caso, o conselheiro Laércio Cruz Uliana Júnior, aplicou uma tese recente do Supremo Tribunal Federal (STF), firmada em repercussão geral, para adequar o processo à nova orientação dos ministros.

O STF julgou, em 2023, que é inconstitucional aplicar multa isolada de 50% quando a compensação tributária feita pelo contribuinte é rejeitada pela **Receita Federal**. Os ministros entenderam que a simples rejeição do pedido não é um ato ilícito capaz de gerar sanção tributária. Aplicar de forma automática a multa, decidiu a Corte, equivale a atribuir ilicitude ao exercício do direito de petição, garantido pela Constituição (Tema 736).

No **Carf**, o relator aplicou a tese "de ofício", ou seja, sem solicitação da parte para aplicação do precedente. Isso porque, na época em que o recurso foi proposto, o STF não tinha julgado a tese. A decisão, unânime, foi dada na análise de embargos de declaração pelos conselheiros da 1ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção na semana passada.

Tributaristas elogiam a decisão. Segundo eles, é incomum o

tribunal administrativo aplicar precedente do STF em embargos de declaração, modificando o resultado de um julgamento. O **Carf**, dizem, privilegiou a economia processual e evitou que o contribuinte tivesse que estender a discussão no Judiciário - onde teria que pagar custas, advogado e apresentar garantia do crédito tributário - e, provavelmente, venceria, gerando custos com sucumbência para a União.

"É uma forma mais saudável de promover a redução do contencioso"

Caio Quiintella

O caso tratava inicialmente de um fundamento errado no acórdão anterior, que havia mantido parcialmente a multa isolada. Ele havia sido copiado do processo principal, sobre aproveitamento de créditos de

PIS/Cofins. O antigo relator, Leonardo Ogassawara de Araújo Branco, entrou com embargos apenas para corrigir o equívoco. Mas o atual relator aproveitou a oportunidade para aplicar a tese do STF e afastar a sanção.

"Como o Supremo Tribunal já declarou inconstitucional essa multa e temos o artigo 98 do regimento do **Carf** que diz que te-

mos observar a declaração de in-constitucionalidade, de ofício, proponho o cancelamento da multa", afirmou o conselheiro Laércio Cruz Uliana Júnior na sessão de julgamento (processo nº 14090.720171/2019-10).

Ele invocou "questão de ordem pública" com base no artigo 493 do Código de Processo Civil (CPC) para incorporar fato superveniente - o julgamento do STF - e cancelar a penalidade. Também levou em conta julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que aplicou esse dispositivo processual em embargos de declaração para se adequar à decisão vinculante do Supremo (REsp 1392773).

Considerou ainda o julgamento da "coisa julgada" em matéria tributária do STF, em que foi decidida a quebra automática dos efeitos de uma sentença quando o Supremo decidir o contrário, em ações de controle concentrado (Temas 881 e 885).

O advogado José Francisco Silva Colado Barreto, gerente tributário da Amaggi, diz que a decisão é positiva. "A legislação veio no governo Dilma [Rousseff] que criou a multa isolada sobre compensação não homologada, então a empresa ficava com a espada no pescoço quando fazia compensação, porque a multa de 50% é bastante gravosa, além dos 20% sobre o valor do tributo não pago", afirma.

Desde a tese do STF, Barreto diz que vários casos sobre multa isolada têm sido julgados em

bloco no **Carf**, anulando as penalidades. A diferença, nesse caso, foi o embargo ter vindo do relator, o que não é comum. No processo principal, que trata de créditos de PIS e Cofins sobre in-sumos, a empresa aguarda o julgamento do recurso.

Para o tributarista Diego Diniz Ribeiro, sócio do Daniel

Diniz Advocacia Tributária e ex-conse-

lheiro do **Carf**, o entendimento do conselho dá segurança jurídica, pois "demonstra que está respeitando as decisões do Supremo". Apesar de o regimento do **Carf** prever essa obrigação, nem sempre ela é cumprida. "Algumas vezes, pode se entender em relação ao mérito que o caso concreto é distinto do precedente vinculante, então teria que ser

feita uma distinção", afirma.

Também chamou a atenção de Diniz a questão ser tratada como de "ordem pública", algo não previsto em lei, mas aceito na jurisprudência. "O ponto mais interessante é dar tratamento de questão de ordem pública para decisão vinculante, na medida em que não tinha sido levantada pelo contribuinte e nem poderia. Quando foram propostos os embargos, não se tinha ainda decisão do STF", adiciona.

Para o advogado Caio Cesar Nader Quintella, sócio do Nader Quintella Advogados, também ex-conselheiro do **Carf**, a decisão privilegia a integração entre as esferas julgadoras - a judicial e a administrativa. "É uma forma mais saudável de promover a redução do contencioso", diz ele, acrescentando que há resistência dos julgadores de aplicarem as teses em repercussão geral de forma ampla.

A decisão também evitou excessos de formalidade, vez que embargos de declaração só poderiam servir para corrigir o julgamento. "Na época do julgamento inicial, não havia ainda o precedente do STF, mas, depois, em embargos, o Supremo já havia declarado inconstitucional a multa, então por que dar continuidade a algo que vai morrer lá na frente?", acrescenta Quintella.

Procuradas pelo Valor, a Amaggi e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não quiseram comentar o assunto.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Carf adota tese do STF e derruba multa de R\$ 5,2 milhões aplicada pela Receita

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Aposentados vítimas de 'fraude da fraude' nos descontos entrarão no acordo do INSS

Júlia Galvão

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) vai devolver o dinheiro de aposentados e pensionistas que foram alvos do que o órgão chamou de 'fraude da fraude' dos descontos.

Entre os relatos ouvidos pela reportagem estão casos de documentos com assinaturas digitais que os aposentados dizem não ter feito, além de gravações de voz enviadas pelas entidades ao **INSS** alegando que seriam do beneficiário para provar a filiação .

O presidente do **INSS**, Gilberto Waller Júnior , disse que o **INSS** deve abrir o acordo para incluir esses aposentados e, segundo o órgão, o novo calendário de pagamento está previsto para sair dentro de 30 dias.

"Muitas entidades, ao juntar o documento, cometeram a fraude da fraude. Juntaram documentos fraudados e com assinaturas falsas. Tivemos mais de seis entidades que compraram um software para falsificação de assinaturas", disse Waller Junior, em entrevista à rádio CBN na última quinta-feira (24).

"Nós estamos auditando esses casos junto à Controladoria Geral da União, Dataprev e **INSS** e separando em grandes blocos, para poder, a partir daí, verificando o caso de fraude, abrir para pagamento também", afirmou.

Em nota, o instituto informa que o segurado pode contestar a documentação pelo Meu **INSS** ou nos Correios.

Por enquanto, o governo está devolvendo o dinheiro apenas para as contestações que ficaram sem resposta das associações no prazo de 15 dias úteis.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Ronei Delfino conta que, ao consultar o extrato de pagamento da aposentadoria da mãe, que tem 69 anos, percebeu alguns descontos em nome do Cebap (Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas). Ao contestar, diz ter recebido um áudio da associação como forma de comprovar a filiação.

No arquivo, uma funcionária afirma que confirmaria algumas informações de cadastro. Ela pede para que a aposentada informe nome completo, data de nascimento e CPF. Por fim, questiona se ela autoriza o uso dos dados e o desconto de R\$ 45 mensais.

O áudio é de baixa qualidade, e tanto o filho quanto a segurada afirmam que a voz não corresponde à da aposentada.

A única prova enviada pela associação foi o áudio, sem a apresentação dos outros três itens exigidos pelo **INSS**: documento de identidade com foto, termo de filiação e termo de autorização de desconto.

Após a contestação no Meu **INSS** , Delfino diz que a única mensagem disponível era de que o pedido estava em análise. Na terça (22), após finalização da auditoria interna do instituto, recebeu uma nova mensagem informando que seria possível aderir ao acordo, ou seja, o desconto foi considerado indevido e sua mãe vai receber os valores.

Em outro caso, a advogada Victória Santos diz que sua avó de 78 anos também sofreu descontos que não reconhece. Segundo a neta, o único documento enviado pela entidade foi uma ligação gravada, na qual informavam sobre os descontos e pediam confirmações à aposentada.

Victória diz que a voz era, de fato, semelhante à da avó, mas que a aposentada afirma nunca ter atendido ligações desse tipo. A neta está tentando resolver o caso para receber os valores administrativamente, mas, até o momento, só recebeu a mensagem de que a contestação está em análise no Meu **INSS**.

O auxiliar administrativo Igor Tavares diz que a mãe, aposentada de 66 anos, também recebeu áudios que seriam falsificados.

Segundo ele, além dos descontos associativos, a aposentada sofreu débitos feitos por seguradoras e clube de benefícios . Nesses casos, os valores não eram abatidos diretamente na folha de pagamento do **INSS**, mas assim que o dinheiro do benefício caía na conta bancária.

Segundo Tavares, os descontos da mãe são da

Ambec (Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos). O áudio foi o único documento enviado pela associação, afirma. Ele contestou a documentação no dia 8 de julho e, até o momento, a única mensagem exibida é a de que o pedido de devolução está em análise.

Desde a última terça-feira (22), a reportagem da Folha procurou a Cebap por meio de seu email institucional e pelo contato de seus advogados, e fez o mesmo com a Ambec, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Anna Elisa de Villemor, 68, moradora de São Paulo, afirma que não recebeu áudios, mas dois documentos da Aaspa (Associação de Assistência Social a Pensionistas e Aposentados) com assinaturas que não reconhece: termo de filiação e autorização de desconto de mensalidade.

Ela relata ter sofrido descontos em apenas dois meses, ambos no valor de R\$ 77,86. "Eu sei que não assinei. A sede da associação é em Fortaleza (CE). Além do mais, se eu tivesse assinado, por que fizeram só dois descontos supostamente autorizados?", questiona.

Anna Elisa diz que a maior parte dos dados apresentados nos documentos estão corretos, como sua data de nascimento e CPF, mas que também consta um endereço em Morungaba, no interior de São Paulo, cidade onde ela nunca viveu.

"Nem me importo com o valor, minha indignação é com o fato", diz a aposentada. Até o momento, ela relata que a única mensagem disponível no Meu **INSS** é a de que a contestação está em análise.

Em nota, a Aaspa diz que "reafirma publicamente seu compromisso com a estrita observância de todos os requisitos disciplinados na instrução normativa 162 do **INSS**, na qual são exigidas diversas medidas de segurança, incluindo a coleta de biometria facial no ato de formalização da voluntária associação de cada indivíduo".

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Segundo o **INSS**, a instrução normativa que rege o processo de comprovação para se associar exige que sindicatos e associações apresentem, de forma conjunta, três documentos comprobatórios da autorização para a filiação à entidade. Não é previsto o uso de gravações de áudio.

Mesmo nos casos em que o segurado receba áudios como prova, ele deve contestar. Quando as informações disponibilizadas pela entidade não são confirmadas pelo segurado, o processo é encaminhado para auditoria interna, e a entidade é notificada para realizar a devolução dos valores no prazo de até cinco dias úteis.

Se a associação não fizer a devolução, o beneficiário terá que recorrer à Justiça. "O **INSS** está propondo uma parceria com as defensorias públicas dos estados e da União para o apoio jurídico aos beneficiários nesses casos", afirma a autarquia.

A reportagem questionou o instituto sobre a permissão para o envio de áudios como prova, uma vez que a instrução normativa não prevê esse tipo de recurso, mas não obteve resposta.

Acesse o aplicativo Meu **INSS** com CPF e senha;

Vá até "Consultar Pedidos" e clique em "Cumprir Exigência" em cada pedido (se houver mais de um);

Role a tela até o último comentário, leia com atenção e, no campo "Aceito receber", selecione "Sim";

Clique em "Enviar". É preciso, então, aguardar o pagamento.

Aposentados também podem procurar agências próprias dos Correios para buscar ajuda com a consulta e o pedido de devolução de descontos indevidos.

Colaborou Ana Paula Branco

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/07/aposentados-vitimas-de-fraude-da-fraude-nos-descontos-entrarao-no-acordo-do-inss.shtml>

Grandes bancos devem lucrar R\$ 26,2 bilhões

Por Álvaro Campos e Lais Godinho - De São Paulo

2022

Os resultados dos grandes bancos no segundo trimestre devem trazer sinais mais claros de desaceleração no crédito - movimento esperado há meses, mas ainda não tão acentuado nos números mensais do Banco Central (BC). Embora os dados até junho ainda mostrem alguma resiliência, analistas e investidores estarão atentos a possíveis revisões nas projeções ("guidance") e ao tom das falas dos executivos nas teleconferências.

O cenário segue pressionado pela Selic elevada, a crise recente envolvendo o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a tensão gerada por medidas tarifárias dos Estados Unidos. Por outro lado, há fatores que podem compensar parcialmente essas pressões, como o avanço do novo crédito consignado privado e possíveis mudanças no modelo de funding (captação de recursos) de financiamento do crédito habitacional.

Segundo a soma da média de estimativas de 11 casas consultadas pelo Valor, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil (BB) devem registrar lucro de R\$ 26,248 bilhões no segundo trimestre. Se confirmado, o resultado representa queda de 7% em relação ao primeiro trimestre e recuo de 4,9% na comparação anual.

A expectativa é que o Bradesco contribua positivamente para o desempenho, enquanto o BB pode ter uma queda mais acentuada no lucro, pressionado pela inadimplência no crédito rural. O Bradesco, inclusive, pode voltar a lucrar mais que o BB pela primeira vez desde o início de 2022.

A combinação entre atividade econômica mais fraca e juros altos tem reduzido a disposição dos bancos para conceder crédito, especialmente em linhas de financiamento de veículos, empréstimo pessoal, crédito para pequenas e médias empresas (PMEs) e cartões. Essa tendência foi apontada pela maioria das casas. Para o Itaú BBA, por outro lado, o mercado de trabalho mais aquecido contribui para um ciclo de crédito menos turbulento, ajudando inclusive a conter o avanço da inadimplência.

Bradesco se recupera e pode voltar a lucrar mais que o Banco do Brasil, o que não ocorre desde o início de

Os analistas também observam uma deterioração na qualidade de ativos em algumas carteiras, o que eleva o custo de crédito. O BB é citado com maior preocupação por sua exposição ao agronegócio, que representa cerca de um terço da sua carteira total e exige provisões mais elevadas.

Para Eduardo Nishio, líder da área de research da Genial, a piora no ritmo de crescimento do crédito deve se acentuar no segundo semestre, com a inadimplência alcançando um pico na virada do ano. "O segundo semestre tende a ser pior. Vai ser até piorado porque os bancos já começaram a diminuir o ritmo de crescimento do crédito. Então, o denominador, que é o volume total, deve dar uma secada. A gente deve terminar o ano abaixo de 10% de crescimento de crédito."

Outro fator de atenção nos resultados é a adoção da resolução 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em vigor desde o início do ano, que alterou a forma como os bancos provisionam perdas esperadas. O novo modelo substitui o critério de perda incorrida - em que o banco provisiona à medida que o crédito entra em atraso - pela perda esperada, que exige provisão já no momento da concessão, com base na probabilidade de inadimplência.

O segundo trimestre ainda foi marcado pela crise do IOF. Em 22 de maio, o governo publicou um decreto que aumentava o imposto sobre operações de crédito e passava a incluir produtos antes isentos, como o risco sacado. O Congresso derrubou a medida em 27 de junho, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a decisão legislativa em 16 de julho, mantendo o imposto geral e excluindo a cobrança sobre o risco sacado.

Apesar da medida, Nishio vê o crédito às empresas sendo mais afetado pelos juros altos do que pelo IOF. "Pequenas empresas vão ser impactadas, mas os bancos já estão puxando o freio bastante. Talvez você tenha um impacto mais nas médias das empresas [do IOF]. Eu acho que o impacto nas pessoas jurídicas vai ser muito mais por conta dos juros altos e do risco estar aumentando."

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) chegou

a revisar para cima a projeção de crescimento do crédito em 2025, de 8,5% para 8,7%, antes do anúncio do presidente americano Donald Trump de aplicar tarifas de 50% sobre importações brasileiras. Embora a medida não afete diretamente o setor, pode ter impacto na economia e forçar os bancos a recalibrar o risco de crédito, especialmente a exportadores.

Segundo semestre tende a ser pior. Os bancos já começaram a diminuir o ritmo do crédito"

- Eduardo Nishio

Outro destaque do trimestre deve ser o crédito consignado. Em junho, as concessões da modalidade caíram 4,9% ante maio, após o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) bloquear novos descontos devido a fraudes envolvendo aposentados. No mês anterior, a queda havia sido de 55,1%, na margem.

Já o novo consignado privado, lançado em março, ganhou fôlego a partir do fim de abril, quando os bancos puderam ofertá-lo em seus canais próprios. Em junho, o governo passou a permitir a portabilidade de dívidas antigas para o novo modelo. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), já foram contratados mais de R\$ 21 bilhões nessa nova linha.

O crédito habitacional também é um ponto de atenção. Este mês, presidentes dos grandes bancos se reuniram com o presidente do BC, Gabriel Galípolo, e com o presidente Lula, para discutir alternativas de funding ao setor, diante da redução estrutural da poupança. Entre as propostas estão a redução dos depósitos compulsórios e a criação de mecanismos de securitização e venda de carteiras.

O Itaú deve reportar mais um trimestre de lucro forte, com estimativas apontando resultado de R\$ 11,328 bilhões no trimestre, alta de 1,79% ante o trimestre anterior e 12,47% em relação ao mesmo trimestre de 2024. O desempenho deve ser sustentado por uma boa contenção de custos, inadimplência sob controle e expansão de margens, segundo os analistas.

"Os resultados do Itaú têm sido consistentes e relativamente previsíveis ao longo dos trimestres. Esperamos margens estáveis, dado o declínio na margem com o mercado e nenhuma deterioração material na qualidade dos ativos neste trimestre. A combinação de rentabilidade sólida e expansão moderada da carteira de empréstimos deve levar a uma geração adicional de capital", diz o relatório do UBS BB.

Na outra ponta, BB deve reportar lucro de R\$ 5,159 bilhões, uma queda de 30,04% em relação ao

trimestre anterior e de 45,71% na comparação anual. Após disputar com o Itaú a liderança em lucratividade nos últimos anos, o BB enfrenta agora um cenário mais delicado, marcado pelo aumento da inadimplência, especialmente no agronegócio, e pela necessidade de provisões adicionais.

Os analistas também apontam a piora do crédito a pequenas e médias empresas como fonte adicional de pressão. Apesar do cenário negativo, o banco pode apresentar alguma recuperação na margem financeira com clientes e nas receitas de tesouraria, além de alívio no custo de captação. O Safra também espera que o BB volte a divulgar seu guidance para o ano, após tê-lo suspenso no último trimestre.

Ainda assim, o tom do mercado permanece cauteloso, com analistas destacando os riscos ligados à qualidade dos ativos, à condução da política de crédito e à possível interferência do governo em temas sensíveis à rentabilidade. "Acreditamos que as preocupações com a qualidade dos ativos e a potencial interferência governamental continuam sendo os principais debates entre os investidores. Nesse contexto, acreditamos que o BB pode ter um desempenho inferior ao de seus pares privados se a qualidade dos ativos enfraquecer e/ou a interferência aumentar", diz o relatório do Goldman Sachs.

O Bradesco deve reportar lucro de R\$ 6,034 bilhões no segundo trimestre. A projeção representa alta de 2,90% sobre o trimestre anterior e de 27,95% na comparação anual. A recuperação, segundo os analistas, é sustentada pelo crescimento do crédito, melhora da margem com clientes e bons resultados em seguros, apesar da pressão negativa na margem de mercado, afetada pela Selic elevada. A margem com o mercado, por outro lado, deve praticamente zerar no trimestre, afetando o resultado financeiro.

A inadimplência deve seguir controlada, com leve aumento esperado, e o custo de risco (provisões para perdas) deve subir apenas marginalmente. A carteira renegociada tende a continuar em queda, refletindo o encerramento de linhas antigas de maior risco, enquanto o banco amplia a concessão de empréstimos com garantias, o que contribui para a qualidade dos ativos.

O Santander deve registrar um lucro de R\$ 3,728 bilhões no segundo trimestre de 2025, resultado 3,46% inferior ao do trimestre anterior, refletindo margens financeiras pressionadas e aumento nas provisões para perdas (PDD). Na comparação com o segundo trimestre de 2024, o resultado deve ter alta de 11,87%.

Apesar de sinais de recuperação gradual e melhora na

rentabilidade nos últimos trimestres, o banco ainda enfrenta desafios, segundo os analistas. A margem com o mercado deve voltar ao campo negativo, impactada pelos juros elevados. Já a margem com clientes tende a crescer, favorecida por spreads maiores e redução no custo de captação.

As projeções para o Nubank são de um trimestre de crescimento robusto, impulsionado pela expansão da carteira de crédito, especialmente em cartões e no financiamento via Pix. As projeções das casas consultadas pelo Valor apontam para um lucro de US\$ 611 milhões. "O crescimento dos lucros deve ser impulsionado pelo crescimento robusto dos empréstimos e da margem financeira, além de despesas operacionais controladas", diz o relatório do BofA.

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2025/07/29/grandes-bancos-devem-lucrar-r-262-bilhoes.ghtml>

Prefeitura recorre ao STF para barrar bloqueio do FPM

Prefeitura de Cuiabá ingressou com um pedido de suspensão de tutela provisória contra a decisão da 3ª Câmara Cível de Direito Público do Tribunal de Justiça que anulou a liminar que suspendeu a cláusula contratual que permite que a empresa CS Mobi bloqueie valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) enviados à capital mato-grossense para garantir seu recebimento. Recurso impetrado no Supremo Tribunal Federal (STF) ficou sob a responsabilidade do presidente Luís Roberto Barroso. No documento apresentado pela Procuradoria Geral do Município (PGM), a prefeitura alega que déficit de R\$ 2.3 bilhões, e que a autorização do TJMT para que a empresa bloqueie recursos do FPM, inviabilizaria o pagamento salarial dos servidores municipais e mais precatório, onde ambos estão agendado para o próximo dia 30 de julho. 'Ao se manter os termos contidos no acórdão ora enfrentado, permitindo os bloqueios de R\$ 5.5 milhões, por vez, no recurso advindo do repasse do FPM, a finança deste ente será severamente comprometida, o que, inevitavelmente, comprometerá os pagamentos dos compromissos assumidos, sobretudo os salários dos **servidores públicos** municipais', diz trecho do documento protocolado nesta segunda-feira (28). Segundo a prefeitura, o pagamento salarial está em mais de R\$ 80 milhões. Já em relação aos precatórios, o município deverá pagar o montante de R\$ 21.501 milhões. A data prevista é a mesma em que a CS Mobi poderá solicitar o bloqueio de recursos do FPM. 'Como registrado pela agravada nas razões de seu agravo de instrumento, em caso de inadimplemento do ente, deve o Banco do Brasil, após mera comunicação da concessionária acerca da inadimplência, redirecionar o montante devido à sua conta. Essa simples comunicação, se mantida a sua possibilidade, irá estraçalhar a programação financeira do Município', justifica. Prefeitura de Cuiabá ainda alega que a vinculação do FPM no contrato seria inconstitucional, por se tratar de receitas tributárias, além da vinculação não ter passado pela Câmara de Vereadores de Cuiabá, e que isso atentaria contra a autonomia financeira municipal, a responsabilidade fiscal e o princípio da não vinculação de receitas, com sérias consequências para a prestação de serviços essenciais à população.

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

SETOR DE FERRO-GUSA EM MINAS TEME COLAPSO COM TARIFAÇÃO

PEDRO CERQUEIRA

O presidente do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais (Sindifer), Fausto Varela Cançado, teme o colapso do setor de gusa com a entrada em vigor do tarifaço de 50% sobre as exportações brasileiras imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. "Caso isso entre em vigor, realmente pode colapsar o setor. Nós vamos ter o fechamento de muitas indústrias e, com isso, vêm demissões. Todos os investimentos já estão em fase de suspensão. Nós também vamos ter queda na arrecadação de **impostos**". A entidade representa as usinas produtoras de ferro-gusa de Minas, Espírito Santo e Mato Grosso.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), os principais produtos exportados por Minas Gerais para os EUA são o café e o ferro-gusa. Para se ter ideia da importância das exportações mineiras de ferro-gusa para os Estados Unidos, entre janeiro de 2021 e junho de 2025 a matéria-prima usada para a produção de aço e ferro fundido foi o segundo principal produto da pauta, somando quase US\$4 bilhões (R\$ 22 bilhões), segundo dados do Comex Stat, o sistema oficial para consulta e extração de dados do comércio exterior brasileiro.

Em 2024, Minas Gerais produziu 3,8 milhões de toneladas de ferro-gusa. Desse volume, 68,4% foi exportado, cerca de 2,6 milhões de toneladas. Do total exportado pelo estado, 84,8% foram destinados para o mercado americano, aproximadamente 2,2 milhões de toneladas. Minas Gerais "faturou" cerca de US\$ 1,2 bilhão (R\$ 6,7 bilhões) com a exportação de ferro-gusa para outros países, sendo que quase US\$ 1 bilhão (R\$ 5,5 bilhões) vieram dos Estados Unidos.

Nos seis primeiros meses de 2025, a participação da exportação de ferro-gusa está ainda mais significativa: da produção mineira de 1,8 milhão de toneladas da matéria-prima, 70% foram destinados à exportação para outros países, cerca de 1,3 milhão de toneladas. Já a participação do total destinado para os Estados Unidos aumentou para 89%. "São números que impactam significativamente. Veja a dependência que nós temos com a exportação para os Estados Unidos. É o nosso principal comprador", afirmou o presidente do Sindifer.

Na visão de Cançado, a exportação do fer-

ro-gusa para os Estados Unidos pode ir a zero. "É uma situação nova, nós vamos ver como é que vai ser. Mas, pela suspensão que já deram agora, no curto prazo, a gente pode imaginar o que poderá vir, que é uma suspensão total", disse o presidente do Sindifer, se referindo à recente suspensão do embarque de ferro-gusa por importadores americanos.

Na análise do representante dos produtores de ferro-gusa, ninguém vai querer pagar 50% de tarifa simplesmente porque não existe margem para repassar isso: "Se, por acaso, essa tarifa entrar em vigor, nós perdemos a competitividade. O nosso produto perde competitividade nos Estados Unidos".

De acordo com Cançado, o setor gera cerca de 10 mil postos diretos de trabalho, além de 32 mil indiretos, número que chega a 62 mil se considerar a indústria da silvicultura, que fornece carvão vegetal de floresta plantada para os fornos. "Fala-se muito em redirecionamento do produto. Mas, no nosso mercado é muito difícil. Ele é muito bem definido, quem vende para quem. Nós não vendemos um produto de massa, um produto de consumo. Nós vendemos uma matéria-prima específica para setores. Não há aumento de demanda lá na frente que possa justificar eles comprarem agora. Eles não vão comprar para fazer estoque", afirmou Cançado.

Para ele, um redirecionamento de curto prazo é praticamente impossível, assim como fazer isso a médio e longo prazo é muito difícil porque o caixa das empresas não suportam esperar.

O produto mais exportado por Minas Gerais para os Estados Unidos entre janeiro de 2021 e junho de 2025 é o café, que somou cerca de US\$ 5,6 bilhões (R\$ 31,5 bilhões), com dados do Comex Stat. O momento vivido pelo café no mercado global - de produção em queda e demanda crescente - dá mais confiança ao setor. De acordo com Sérgio Meirelles Filho, presidente do Sindicafé (Sindicato das Indústrias de Café do Estado de Minas Gerais), quem vai pagar por esta tarifa de 50% é o consumidor americano. "Eu acho que os Estados Unidos vão abrir exceções porque são os maiores consumidores do nosso café", explicou.

Na safra 2024/2025, os Estados Unidos compraram 16,5% das exportações brasileiras de café. O Brasil exporta 8 milhões de sacas do grão para aquele país, que corresponde a um terço do consumo americano. Para Meirelles, não existe ninguém para fornecer esse volume do grão para substituir as exportações brasileiras. "Outra coisa, o pessoal de lá, os torrefadores, as associações de tor-refadores de café dos Estados Unidos, estão apavorados. Seria um aumento muito grande depois de um aumento de preço significativo", analisou.

Outro aspecto que dá confiança a Meirelles quanto a um acordo para derrubar o tari-faço, pelo menos no setor cafeeiro, é o quanto os Estados Unidos lucram com o benefi-ciamento do grão: "Com US\$ 1 que eles importam de café, fazem no final da cadeia US\$ 43. É um ganho enorme. Imagina o que vai ser de **inflação**, o que vai ser isso de taxaço para o exportador, capital de giro, que eleva muito, e já está um produto caro. O café está numa posição muito boa. Claro, vai ser ruim, vai ser estressante".

O dirigente afirma que vai esperar as coisas acontecerem antes de tomar qualquer medida. "Você não sabe. Quando o Trump falou da taxa de 50% achei que no outro dia o mercado iria cair. A primeira taxa que ele falou para o Brasil foi de 10%. Como o segundo exportador deles é o Vietnã, com taxa de 46%, e a Colômbia, com 10%, estava ótimo para nós. Agora virou tudo. Hoje o Brasil está com 50%, o Vietnã com 20% de taxa e a Colômbia com 10%, ameaçando 25%. Quer dizer, a Colômbia ainda está indefinido, mas, se for 25% na pior das hipóteses, ainda é metade da nossa taxa", concluiu.

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login/>

Reforma tributária: um defeito de gênero (Artigo)

Rita Nolasco e Mary Elbe Queiróz

Atribuição é pilar central do financiamento de políticas públicas, serviços públicos essenciais e redução das desigualdades, contribuindo para o crescimento econômico. Para ser eficaz e justo, um sistema tributário deve possuir equidade, simplicidade, transparência, elasticidade e estabilidade, baixo custo de conformidade e eficiência econômica.

A pretendida justiça fiscal só poderá ser alcançada se a **reforma tributária** promover progressividade, conforme a capacidade econômica dos consumidores, em que os **tributos** sejam exigidos em maior proporção, dos mais ricos em comparação aos mais pobres.

A promessa era que a reforma iria reduzir a regressividade da tributação, respeitando a capacidade contributiva. Para tanto, foram introduzidos na Constituição o inciso VIII do § 5.º do artigo 156-A, para o IBS, e o §18 do artigo 195, para a CBS, os quais previram que haveria a devolução do imposto e da contribuição para as pessoas físicas de mais baixa renda. Quando da aprovação do PLP 68, pela Câmara dos Deputados, entretanto, constatou-se que o compromisso foi cumprido apenas em parte, pois o chamado cashback (art. 100 do PLP 68) considerou como de baixa renda o destinatário das devoluções que possui renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo nacional, ainda assim, a devolução foi parcial, alguns produtos com cashback de 100% para CBS e 20% para IBS e, a maioria apenas 20% para os dois **tributos**.

Como bem assevera Lana Borges, "diminuir os preços dos alimentos, por meio da fixação de alíquota zero, é uma forma de repercutir nos orçamentos das famílias brasileiras e mais diretamente nos orçamentos das mulheres, seja porque são num percentual muito maior chefes dos arranjos familiares com apenas um responsável financeiro, seja porque concentram seus gastos em despesas de cuidados, como a alimentação". No âmbito da tributação sobre o consumo, apesar de existir a constatação empírica há décadas de que existe um peso maior dos **tributos** que recaem mais sobre os produtos consumidos pelas mulheres do que sobre os homens, somente nos últimos anos começaram a ser publicados estudos comprovando esta realidade.

Uma pesquisa da Macfor encontrou grandes diferenças de preços, de até 92,79% entre produtos idênticos, de marca idêntica, vendidos pelo mesmo estabelecimento comercial, tendo como diferença apenas a cor.

Uma caneta rosa era vendida a R\$ 9,62, ante R\$ 4,99 cobrados por uma idêntica de cor amarela.

No segmento de beleza e perfumaria, 98,30% viam incidência da taxa rosa nesse setor, seguidos por moda e acessórios (89,70%), serviços em geral (24,10%), decoração (22,40%), brinquedos (17,20%), eletrônicos (15,50%) e livros e papelaria (13,80%).

Segundo Louize Fischer, chefe de inteligência de mercado da Macfor, a diferença de preço cobrado entre produtos para o público feminino e masculino deve-se ao fato de que as mulheres "são mais vulneráveis à aquisição de produtos por impulso emocional". Aqui, se constata que as armadilhas do marketing, além de um grave abuso moral, promovem a extorsão de recursos das mulheres, obrigadas a pagar mais caro em decorrência do seu gênero.

Com a **reforma tributária** em debate no curso do ano de 2023, os grupos mais representativos de mulheres, como o Grupo Mulheres do Brasil, Grupo de Pesquisa Tributação e Gênero da FGV Direito SP, Mulheres no Tributário, Instituto Empoderar, Tributação e Gênero (TEG), fizeram movimentos para que as políticas fiscais pudessem se juntar para reparar esse tratamento desigual. Após intensos debates, foram aprovados, na Emenda Constitucional n.º 132/2023, dispositivos com esse objetivo. Pela primeira vez, em matéria tributária, foi reconhecida como diretriz a necessidade de ser examinado o impacto da legislação dos **tributos** a que se refere o caput deste artigo na promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Dispositivos aprovados na **reforma tributária** de 2023, apesar de tímidos, constituíram um avanço na correção das graves distorções da desigualdade de gênero. O Projeto de Lei Complementar 68/2024, que regulamenta a EC 132/2023, prevê, na lista de bens e serviços com alíquota zero, os produtos de cuidados básicos à saúde menstrual.

Os **tributos** devem ser capazes de proporcionar arrecadação e distribuição de renda para alcançarmos um sistema tributário mais justo e equitativo. Políticas sociais, como as que buscam auxiliar mulheres em situação de vulnerabilidade social na aquisição de autonomia financeira e obtenção de renda e políticas fiscais, no âmbito da tributação, podem ser utilizadas como instrumentos para combater as diferenças de tratamento entre homens e mulheres, devendo levar em conta também as características biológicas das mulheres, como a maternidade, o ciclo menstrual, o climatério e a menopausa. Além de vontade política, tais medidas requerem uma conscientização geral e muito bem difundida, pois só teremos uma sociedade economicamente viável, em que haja justiça social e segurança jurídica, quando todos os poderes e a sociedade atuarem conjuntamente para que exista efetivamente igualdade em direitos e obrigações para todas as pessoas.

RESPECTIVAMENTE, PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL E COFUNDADORA DO PROJETO MULHERES NO PROCESSO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PROCESSUAL (IBDP); E PÓS-DOCTORA EM DIREITO TRIBUTÁRIO E PRESIDENTE DO CENTRO NACIONAL PARA A PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS TRIBUTÁRIOS (CENAPRET)

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tarifaço já afeta preços de alimentos no atacado

A ameaça do presidente americano Donald Trump de aplicar tarifas de importação de 50% sobre os produtos brasileiros já começa a ecoar nos preços de alimentos no Brasil. O país é o principal exportador de carnes, café, frutas e suco de laranja para o mercado americano. As carnes e frutas já estão em queda no atacado. Analistas são cautelosos em cravar que é já efeito do tarifaço, mas veem uma associação. No caso do café, o efeito é o oposto: os preços estão em alta em Nova York e começam a subir por aqui, invertendo uma tendência que já vinha há algumas semanas.

As carnes bovinas vinham em queda entre março e junho, depois de terem subido quase 21% no ano passado. E, agora, esse movimento deve se acentuar. No atacado, de 24 de junho a 21 de julho, o preço da carne no atacado caiu 7,8%. O preço da arroba do boi gordo teve recuo semelhante, de 7,5% no mesmo período.

-Os frigoríficos que têm os Estados Unidos como destino viram recuar as compras e procuram direcionar para o mercado doméstico. Esse movimento intensifica os efeitos recentes de baixa de preço com mais oferta e menor consumo, movimento sazonal nessa época do ano - explica Thiago Bernardino de Carvalho, pesquisador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da USP.

IMPACTO EM AGOSTO

Ele lembra que a JBS, a maior produtora de carne do mundo, tem fábricas na Austrália, e a Minerva, a segunda maior, tem unidades na Argentina, Uruguai, Colômbia. Assim, diz Carvalho, podem exportar desses lugares para os Estados Unidos e destinar a produção

local ao mercado doméstico.

Ele estima que essa queda no atacado chegue ao consumidor no mês que vem, mas não arrisca quanto da redução será repassada ao preço final.

O economista da LCA 4Intelligence Fábio Romão mostra que a arroba de boi gordo vem caindo há três semanas seguidas "nas praças pecuárias de São Paulo" que são referência para o mercado nacional: - As incertezas causadas pela taxaço, aliadas à maior

oferta de gado, devido ao declínio das pastagens durante o inverno (os pecuaristas abatem o boi antes da estação mais fria do ano), seguem afetando as cotações. Com a dificuldade para exportar, aumenta a oferta doméstica, e o preço cai.

Ele prevê que o impacto chegue ao varejo entre agosto e setembro. Uma diferença na expectativa que havia antes do tarifaço, quando só se esperava uma queda mais forte dos preços da carne no ano que vem.

Sérgio Capucci, vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Frios, Carnes e Derivados de Mato Grosso do Sul, diz que o efeito para o consumidor será pequeno, porque os frigoríficos conseguiram desviar a produção:

-Teve um impacto pequeno logo depois do anúncio das tarifas. De queda de uns 5%, mas nenhum frigorífico diminuiu a produção.

Os compradores americanos não voltaram, diz ele, e a

produção foi para o Chile, China e países do Oriente Médio.

As exportações de carne bovina têm crescido acima da produção. Este ano até junho, alta de 1,36% na produção e de 12,69% nas exportações.

O aposentado Maurício Vicente, de 70 anos, circulava pelo mercado com o carrinho abastecido de diferentes cortes de carne na semana passada. Embora tenha notado uma leve redução, considera que al-

guns produtos seguem caros:

-A carne vermelha continua muito cara. Não parece que a nova tarifa tenha feito efeito no mercado. Mas, se ajudar a reduzir os preços, será muito bem-vinda, porque o orçamento continua apertado.

No café, o movimento é inverso. A taxaço dos produtos brasileiros fez subir a cotação do grão em Nova York. De 14 de julho a 17 de julho, a cotação subiu 6,8%, já antecipando a

alta do produto com a tarifa de 50%. Por aqui, o café tem sido o vilão da inflação. Em 12 meses terminados

em fevereiro, a alta pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegou ao pico de 80,20%. Mas os aumentos vêm diminuindo, saindo de quase 9% ao mês para 0,56% em junho. Na prévia do IPCA de julho, já houve uma queda, de 0,36% que pode não continuar, se a recente alta no atacado for

repassada para o varejo.

-A cotação interrompeu o ciclo de queda que vinha desde junho -diz Romão.

Mas será difícil para os EUA prescindir do café brasileiro, diz o sócio diretor da MB Agro, José Carlos Hausknecht. O Brasil concentra 30% do volume global de exportações e há marcas americanas que usam o café brasileiro em seu blend, não é possível mudar rapidamente. O preço vinha caindo no atacado brasileiro, mas voltou a subir. Em fevereiro, a saca de 60 quilos custava R\$ 2.627. Caiu a R\$ 1.602 em 7 de julho, dois dias antes do anúncio do tarifaço:

-Na última semana subiu para R\$ 1.803. Pode ser uma reorganização do mercado.

Consumidor assíduo de café, o cuidador de idosos Marcos Augusto, de 55 anos, vai quinzenalmente ao mercado. Ele notou redução nos preços nos últimos meses, mas recentemente já voltaram a subir:

- Se sair alguma coisa boa dessa briga com o Trump, espero que seja a queda nos preços e uma maior estabilidade.

FRUTAS MAIS BARATAS

Nas frutas, o Hortifrúti/Cepea já tem visto queda no preço das variedades típicas para exportação. No Vale do São Francisco, de onde saem mais de 90% das mangas e uvas para exportação, a manga tommy, tipo que é enviado aos EUA, foi negociada a R\$ 1,50 o quilo entre 14 e 18 de julho, recuo de 4% em relação à semana anterior. E já caiu para R\$ 1,36 na semana passada. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados, Guilherme Coelho, o quilo de manga no Vale custa R\$ 1,20 e pode cair para R\$ 0,30 se as 48 mil toneladas que seriam enviadas nos próximos meses aos EUA ficarem aqui:

-O produtor pode ter prejuízo se baixar muito o preço e acabar não colhendo. Defendo que os alimentos fiquem fora do tarifaço.

Segundo Lucas Bezerra, especialista em manga do Cepea, o preço do quilo do produto caiu 30% entre 3 e 18 de julho, por causa da alta da oferta e do consumo menor no inverno e nas férias escolares:

-E um grande desafio para a fruticultura. Diferentemente de commodities, tem uma vida útil, é perecível, não consegue outras estratégias para conter possíveis impactos do tarifaço. Alguma coisa vai ter de ficar no mercado interno.

Alex Pinheiro, de 49 anos, trabalha como feirante desde os 10. Ele afirma que a maioria dos itens não teve grandes alterações de preço, mas a uva ficou mais barata.

-Nos depósitos, tem muita carreta de uva. No mês passado, estava pagando R\$ 110 pela caixa. Hoje, está por R\$ 40.

*Estagiário sob supervisão de Danielle Nogueira

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

FAO retira o Brasil do Mapa da Fome

O Brasil não figura mais no Mapa da Fome. O país saiu do indicador após apresentar, durante o último triênio, uma média abaixo de 2,5% da população em situação de subnutrição ou sem acesso regular à alimentação suficiente, requisito estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para retirar um país da categoria de insegurança alimentar grave. Especialistas, contudo, apontam que ainda há insegurança alimentar entre grupos mais vulneráveis.

Os dados foram divulgados na segunda-feira (28), durante a cúpula da entidade em Adis Abeba, Etiópia, e constam do relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2025" (Sofi, na sigla em inglês), que analisa a média de 2022, 2023 e 2024.

O Brasil conseguiu reduzir nos últimos dois anos o percentual de pessoas em situação de insegurança alimentar grave abaixo do limite técnico que caracteriza a fome estrutural.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) celebrou o resultado, que representa o cumprimento de uma de suas promessas de campanha, quando prometeu tirar o país do Brasil do Mapa da Fome até 2026.

Lula disse que os dados brasileiros só não estão melhores porque foram contabilizados junto dos números de 2022, quando o presidente era Jair Bolsonaro.

"Para que a gente acabe com fome e pobreza, é preciso colocar o povo pobre no Orçamento do país, do Estado e do município. Quando forem divulgados os da-

dos da fome ano que vem, posso te garantir que os dados estarão muito melhores. No balanço divulgado hoje [segunda], tivemos que carregar o ano de 2022, que foi muito ruim", disse Lula.

O presidente tratou do assunto em conversa com o diretor-geral da FAO, Qu Dongyu, que foi transmitida ao vivo em seu perfil nas redes sociais. "Não tem sentido alguns governantes estarem gastando US\$ 2 trilhões em arma e não gastarem a mesma quantia em comida e com preservação ambiental."

O Brasil havia deixado o Mapa da Fome pela primeira vez em 2014, mas voltou a apresentar indicadores piores no triênio de 2019 a 2021, impactado pela pandemia de covid-19. Nesse período, o percentual de

subnutrição no país era de 4,1 % da população, cerca de 8,6 milhões de pessoas.

O governo federal atribui a saída do mapa à retomada e criação de políticas públicas voltadas à proteção social, segurança alimentar e combate à pobreza, como o plano Brasil Sem Fome, lançado em agosto de 2023. A estratégia, segundo o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, engloba políticas de transferência de renda, como Bolsa Família, e incentivos em várias frentes, como na qualificação profissional.

"Essa vitória é fruto de políticas

"Para acabar com fome e pobreza tem de colocar o povo pobre no Orçamento" Lula

públicas eficazes, como o plano Brasil Sem Fome, que engloba o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o pro-

grama Cozinha Solidária, a valorização do salário mínimo, crédito para a produção de alimentos pela agricultura familiar (Pronaf), in-

centivo à qualificação profissional, ao emprego e ao empreendedorismo, além do incremento da alimentação escolar", afirmou Dias.

Na avaliação do economista Daniel Duque, pesquisador do FC.V Ibre, a saída foi resultado de diversos fatores, como a ampliação dos programas sociais e a recuperação do mercado de trabalho.

A **inflação** de alimentos, que, na análise do especialista, nos últimos anos, tem aumentos de preços menores do que a **inflação** como um todo, também favorece o resultado. Esse movimento, segundo ele, deve continuar se a tarifa de 50% imposta pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, entrar em vigor.

"Se as tarifas do Trump forem efetivadas, a gente vai ver uma situação em que boa parte da produção que era deixada para a exportação vai ter que encontrar novos mercados, inclusive o doméstico, de modo a reduzir os preços", avalia.

Embora o Brasil tenha avançado na agenda contra fome, Duque diz que o país precisa se preocupar com a qualidade alimentar, levando em consideração a

disparidade nutricional entre os mais ricos e mais pobres. "A população mais vulnerável tem uma qualidade de alimentação muito reduzida, com muito mais consumo de alimentos ultraprocessados, de alimentos gordurosos", ressalta.

Em nota, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) disse que, apesar da melhoria nos indicadores gerais, "a fome segue afetando de forma desproporcional os grupos mais vulnerabilizados da população, com recortes marcados por raça, gênero, território e classe social". "A permanência dessa desigualdade demanda atenção permanente, tanto na formulação de políticas públicas quanto no monitoramento das condições de vida", diz.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188278?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188278?page=1§ion=1)**

Economia melhora, e Argentina reabre mercado para o Brasil

A ligeira melhora econômica obtida pelo governo do presidente Javier Milei e a valorização - em alguma medida artificial - do peso têm impulsionado a retomada das exportações brasileiras para a Argentina. O movimento traz alento ao setor externo brasileiro, que sofre com preços mais baixos de commodities e incerteza nas relações comerciais com os Estados Unidos.

As exportações para a principal economia do planeta vinham crescendo nos últimos anos - ainda que longe de ameaçar a liderança da China mas devem sofrer um baque com o cada vez mais provável início das tarifas de 50% para produtos brasileiros anunciado pelo presidente Donald Trump. Embora a pauta de exportação brasileira para ambos os países tenha perfil menos dominado por commodities e com maior presença de produtos de maior valor agregado, economistas se dividem sobre a capacidade do vizinho de absorver parte da produção normalmente dirigida aos EUA.

Entre janeiro e junho, as exportações à Argentina somaram US\$ 9,120 bilhões, alta de 55,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados compilados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Com isso, o país assegura o posto de terceiro principal destino dos produtos brasileiros, que chegou a ser ameaçado em 2024 pela Holanda.

A recuperação das compras pela Argentina é algo que já era perceptível desde o fim do ano passado, nota Gabriela Faria, economista da Tendências Consultoria. "O perfil das nossas exportações segue parecido: veículos de passeio, partes e acessórios para veículos, produtos industriais, máquinas elétricas e outros itens relacionados à indústria de transformação, como plástico", explica.

Individualmente, a categoria veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios lidera o crescimento das exportações em valor, com crescimento de 121,8% no primeiro semestre, na comparação com igual período de 2024, segundo dados da Secex.

Já de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as

vendas de veículos ao vizinho cresceram 59,8% nos seis primeiros meses do ano, para 264 mil. Já a participação da Argentina no total exportado quase dobrou, de 34% para 60%. É também o patamar mais alto desde 2018 (68%).

"O câmbio argentino se valorizou muito no período, prejudicou a competitividade do produto de lá. Como as montadoras que atuam aqui e lá são as mesmas, existe uma estratégia de exportar a partir do Brasil, inclusive para lá", diz Lia Valls, coordenadora do Indicador de Comércio Exterior (Icomex), do FGV Ibre.

Desde dezembro de 2023, quando Milei assumiu a Presidência, o peso acumula valorização nominal de 54,8%. De lá para cá, a política de choque econômico também começa a render frutos. Após contrair 1,7% em 2024, o **PIB** do país cresceu 0,8% no primeiro trimestre, na comparação com o trimestre anterior, e 5,8% ante igual período de 2024.

Segundo analistas, a recuperação das compras argentinas foi puxada principalmente pela forte expansão do consumo das famílias e dos investimentos, que também levou as importações a um salto: alta de 42,8% no período.

Outro fator que tem ajudado o exportador brasileiro é a derrubada de barreiras não tarifárias, como licenças de importação e restrições a pagamentos, nota o ex-secretário de Comércio Exterior e sócio da consultoria BMJ, Welber Barrai.

"Era algo muito complicado. Já recebi ligação de cliente meu dizendo que esperava há 12 meses autorização para receber pagamento por parte do banco central argentino", conta.

A situação agora é outra, continua. As reclamações são cada vez menos numerosas, e a recuperação econômica também tem despertado o interesse de empresas brasileiras em investir no vizinho. Barrai cita a aprovação recente do Regime de Incentivo para Grandes Investimentos (RIGI) - que busca dar segurança ao investimento estrangeiro e também benefícios fiscais, aduaneiros e cambiais - como fator que tem ajudado a aumentar o interesse em se instalar por lá, em especial por empresas do setor agrícola e de mineração.

Outro setor que tem se beneficiado dessa retomada foi o de máquinas. Segundo dados da Abimaq, houve crescimento de 55,3% das vendas do setor nos

"O câmbio argentino se valorizou muito, prejudicou a competitividade do produto de lá"

Lia Valls seis primeiros meses, totalizando US\$ 760,2 milhões.

"Todos os setores tiveram crescimento das compras argentinas, exceto máquinas para petróleo e energia renovável", nota a diretora-executiva de Mercado Externo da Abimaq, Patrícia Gomes.

A Argentina é o segundo maior comprador do setor representado pela Abimaq, com 13,4% das exportações, atrás apenas dos Estados Unidos. Para Gomes, os sinais são positivos, mas uma recuperação maior ainda precisa ser encarada com cautela.

"O cenário agora é diferente, existe mais concorrência, principalmente por parte dos países asiáticos. Além disso, o cenário internacional não ajuda, já que este é um setor muito sensível a problemas de confiança sobre a economia", diz.

Para Livio Ribeiro, sócio da consultoria BRGC e pesquisador do FGV Ibre, a recuperação das vendas à Argentina ocorre mais por conta da base de comparação ruim. "Ano passado foi catastrófico do ponto de vista do crescimento econômico. Esse ano, com a melhora do ambiente econômico, sistema de preços funcionando, a economia pega no tranco", diz. As vendas ao país vizinho seguem distantes do pico mais recente, em 2011, quando o Brasil exportou US\$22,7 bilhões para lá.

A retomada do parceiro do Mercosul, por outro lado, pode ajudar o Brasil na dura tarefa de redirecionamento das exportações tradicionalmente destinadas aos Estados Unidos, mas que devem sofrer com a possível chegada do tarifaço promovido por Donald Trump.

"Não é exatamente a mesma cesta - os EUA compram muito avião, por exemplo, que não serão comprados pela Argentina. Mas ambos têm um perfil similar no sentido de que importam bens industriais, muito comércio intrafirma. É muito diferente da pauta média brasileira de exportação, concentrada em commodities", explica Ribeiro. "Então a Argentina é um candidato mais adequado que outros parceiros para esse redirecionamento."

Já a diretora da Abimaq é mais cética quanto a essa possibilidade. "É um mercado natural, já que faz parte do Mercosul. As empresas que começam a exportar

naturalmente olham a América do Sul e Argentina. Só que não é uma mudança fácil nem rápida de se processar", diz. "Muitas empresas são de capital americano e produzem aqui de olho no mercado americano. Além disso, as empresas podem fazer muitas exigências de ordem técnica, o que dificulta o processo."

Barraí também vê um potencial pequeno nesse sentido. "Em vários produtos que o Brasil exporta para os EUA - frutas, grãos, carnes -, a gente compete com a Argentina. Além disso, o mercado argentino é muito menor que o americano", sintetiza.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188278?page=1§ion=1>

PIB estadual cresce e projeta Rondônia como líder no Norte

As mais recentes projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Estado de Rondônia indicam um cenário promissor para o estado em 2025. Segundo dados divulgados pelo Banco do Brasil, o estado deve registrar crescimento de 5,5% neste ano, ocupando assim a segunda colocação entre as unidades federativas com maior evolução econômica no país. O estado ultrapassou os índices anteriores, quando empatava na segunda posição com outro estado, ambos com estimativas de 4,7%.

O desempenho positivo coloca Rondônia atrás apenas do Mato Grosso e consolida sua posição como o estado de maior crescimento da Região Norte. A elevação do **PIB** é reflexo direto do aumento da produção de bens e serviços em diversas frentes da economia estadual.

Esse avanço é atribuído à atuação conjunta entre o setor produtivo e a administração pública, com medidas estratégicas voltadas ao fortalecimento do ambiente de negócios. A agricultura, por exemplo, é uma das principais forças do estado, com cadeias produtivas que geram renda, empregos e oportunidades. Comércio e serviços também contribuem com dinamismo e estabilidade ao cenário econômico.

Entre as ações de governo que têm impulsionado esse desempenho estão programas de apoio ao pequeno empreendedor, investimento em infraestrutura, promoção de práticas sustentáveis no campo, incentivos à inovação tecnológica e ações que facilitam a abertura e formalização de empresas. Capacitações voltadas à cultura exportadora e a valorização da formação profissional também fazem parte do pacote de medidas.

A ampliação de cursos técnicos gratuitos e os investimentos em logística nos 52 municípios são exemplos do esforço para criar um ambiente favorável ao crescimento. Além disso, o estado tem marcado presença em eventos nacionais e internacionais, reforçando sua imagem como território de oportunidades.

Com base nesse conjunto de fatores, Rondônia vem se consolidando como uma referência regional em desempenho econômico, apresentando indicadores consistentes e sustentáveis de crescimento.

Além dos fatores econômicos internos, a projeção positiva do **PIB** de Rondônia para 2025 tam-

bém reflete o impacto de parcerias estratégicas com instituições nacionais e internacionais, que vêm ampliando o acesso a novos mercados e tecnologias. Essas conexões fortalecem cadeias produtivas, ampliam a competitividade regional e impulsionam a modernização dos processos produtivos.

Site: https://flip.maven.com.br/temp_site/issue-2907202506%20-%204da642a43c5b00d6f65eafa9784d7fd2.pdf